

BOLETIM INFORMATIVO

SESI

*Sindicato das Empresas
de Seguros Privados e de Capitalização
no Estado de São Paulo*

ANO XX São Paulo, 12 de fevereiro de 1988 - Suplemento ao Nº 475

A segunda semana do corrente mês foi marcada por fatos relevantes para o mercado segurador, dos quais destacamos:

* Durante a reunião do Conselho Nacional de Seguros Privados, dia 9 último, foi apresentado o Programa Anual de Trabalho divulgado pela Superintendência de Seguros Privados, que abrangerá as áreas técnica, administrativa, regulatória e fiscalizadora, que se constituirá em um documento de base para a atuação da autarquia ao longo deste ano. Para conhecimento das empresas associadas, reproduzimos nesta edição especial, o plano de ação da Susep.

* Entre as resoluções adotadas naquela reunião, o Conselho Nacional de Seguros Privados aprovou proposta da Susep no sentido de que as importâncias seguradas e os prêmios do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, serão corrigidos mensal e automaticamente, com base no índice de variação do valor nominal da Obrigação do Tesouro Nacional - OTN. A Resolução CNSP nº 01/88, de 09.02.88, que trata do assunto, está reproduzida neste Suplemento.

* Pela primeira vez em sua história o Instituto de Resseguros do Brasil promoveu um Seminário IRB - Seguradoras, dia 10.02.88, quando reuniu os principais executivos do setor para apresentação do seu Balanço encerrado em 1987, e um relato sobre o desempenho de cada departamento, bem como as perspectivas do órgão ressegurador para o ano que se inicia. Na ocasião foi distribuído aos participantes do encontro exemplar do Balanço do IRB, cujas peças publicamos neste Suplemento do Boletim Informativo.

* * *

SUPLEMENTO ESPECIAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO

1 9 8 8

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO

1988

ÍNDICE

. Apresentação

I - Modernização Organizacional da SUSEP

- 1 - Restruturação Institucional
- 2 - Racionalização das Rotinas Administrativas
- 3 - Informatização
- 4 - Recadastramento do Pessoal
- 5 - Treinamento

II - Desenvolvimento do Mercado

- 1 - Reformulação da Sistemática de Colocação de Seguros de Bens de Órgãos Governamentais
- 2 - Aperfeiçoamento da Estrutura Tarifária e da sistemática de divulgação do Seguro DPVAT
- 3 - Elaboração de um diagnóstico sobre a atual sistemática e perspectivas do Seguro Rural no Brasil
- 4 - Reformulação do Seguro Habitacional
- 5 - Restruturação do Sistema de Registro de Corretores
- 6 - Implantação de um novo Sistema de Informações Econômico-Financeiras (Seguradoras/EAPP/Capitalização) e criação de um Banco de Dados no âmbito da SUSEP

- 7 - Estímulo a Fusões e Incorporações de Entidades Abertas de Previdência Privada

III - Regulação e Controle

- 1 - Revisão de Critérios e Regulamentação da Margem de Solvência
- 2 - Revisão do Plano de Contas das Sociedades Seguradoras
- 3 - Regulamentação da Auditoria Atuarial Independente
- 4 - Revisão da Resolução CNSP nº 10/83
- 5 - Sistematização da Jurisprudência Administrativa da SUSEP

IV - Fiscalização

- 1 - Redefinição de objetivos, prioridades e procedimentos na atividade de Fiscalização
- 2 - Reformulação da Sistemática de gestão e controle dos Regimes Especiais de Direção Fiscal, Intervenção e Liquidação Extrajudicial
- 3 - Montagem e Implantação de um Programa Anual de Fiscalização

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988**

I - Modernização Organizacional da SUSEP

PROJETO

CARACTERIZAÇÃO

1. Restruturação Institucional

A concepção deste projeto está ligada à diretriz emanada da atual administração da SUSEP que quer dotá-la de instrumentos de gestão necessários a uma visão mais moderna de atuação enquanto agência governamental responsável pela regulação, controle e fiscalização de importantes segmentos da atividade econômica. Envolve a redefinição das características do processo decisório interno, com a implantação do regime de cotejado, passando pela montagem de um novo sistema de cargos e salários e pela implantação de uma estrutura departamental ajustada a padrões de maior eficiência da Autarquia em seu campo de atuação.

2. Racionalização das Rotinas Administrativas

A definição e ênfase dada a este projeto prende-se a necessidade de reavaliar todas as rotinas administrativas presentes em te executadas na Entidade, com vistas a racionalizá-las, ajustando-as, sempre que possível, ao emprego de conceitos e instrumentos mais modernos de controle e gestão.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988

I - Modernização Organizacional da SUSEP

PROJETOS

CARACTERIZAÇÃO

3. Informatização

A informatização da Autarquia faz-se necessária e urgente em todas as suas áreas de atuação. A primeira etapa do projeto envolverá o Departamento de Controle Econômico (DECCN) e implicará na montagem de um Banco de Dados contendo estatísticas econômico-financeiras das seguradoras e EAPP (vide projeto nº 6 item II). A segunda etapa envolverá os setores administrativo e financeiro da SUSEP (contabilidade, pessoal, controle de processos, etc.).

4. Recadastramento do Pessoal

O objetivo deste projeto é criar um cadastro unificado e abrangente de todos os servidores da SUSEP. Embora contando com um quadro relativamente reduzido de funcionários, as informações existentes não são precisas. Faz-se necessário promover um amplo recadastramento capaz não só de permitir conhecer o perfil funcional, como também as características sócio-econômico do quadro da Autarquia que servirão de base aos programas de valorização do pessoal no contexto da reestruturação institucional em curso.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988

I - Modernização Organizacional da SUSEP

PROJETOS

CARACTERIZAÇÃO

5. Treinamento

. Em seqüência ao programa já iniciado em 1987, trata-se de desenvolver um programa integrado de treinamento destinado a habilitar os servidores de todos os níveis da Entidade nas suas atividades fins e de apoio, com particular ênfase nas atividades destinadas a adequá-la à nova estrutura organizacional.

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988**

II - Desenvolvimento do Mercado

CARACTERIZAÇÃO

PROJETOS

1. Reformulação da Sistemática de Colocação de Seguros de Bens de Órgãos Governamentais

• Produzir um diagnóstico completo sobre o atual sistema de sorteio de seguros de bens do governo apontando eventuais falhas e sugerindo aperfeiçoamentos ao esquema vigente ou sua substituição por um modelo alternativo que contemple os interesses dos segurados e do Sistema Nacional de Seguros Privados.

2. Aperfeiçoamento da Estrutura Tarifária e na Sistemática de Divulgação do Seguro DPVAT

• O objetivo deste projeto é estudar em profundidade os prêmios e garantias do seguro DPVAT e estabelecer, a partir da experiência acumulada desde a sua implantação, taxas atuarialmente corretas. Tratando-se de seguro obrigatório que envolve milhões de veículos automotores, é também objetivo do programa coordenar esforços com entidades do sistema nacional de seguros no sentido de promover ampla campanha de divulgação do DPVAT em âmbito nacional.

3. Elaboração de um Diagnóstico sobre a Atual Sistemática e perspectivas do Seguro Rural no Brasil

• Elaborar um estudo em profundidade sobre seguro rural, definido como ação prioritária, tendo em vista identificar as condições que viabilizem o ingresso efetivo do mercado segurador brasileiro nesta área de atividade econômica, atualmente sob a responsabilidade do governo e com reflexo direto na formação do déficit público.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988

5.

II - Desenvolvimento do Mercado

PROJETOS

4. Reformulação do Seguro Habitacional

CARACTERIZAÇÃO

Em continuidade às mudanças recentemente introduzidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, pretende-se com esse projeto encaminhar à Comissão Permanente de Acompanhamento do Seguro Habitacional propostas de reformulação, inclusive no tocante ao atual modelo de sorteio de lideranças e outras características operacionais daquele seguro, com o propósito de melhor adequá-lo aos seus objetivos sócio-econômicos.

5. Reestruturação do Sistema de Registro de Corretores

Estudar a atual sistemática de registro de corretores de seguros, propondo soluções que aumentem a eficiência dos controles e ao mesmo tempo garantam um atendimento mais adequado às características deste segmento do mercado segurador. A descentralização e informatização do serviço pela SUSEP ou sua transferência por delegação à FENACCR constituem alternativas a serem encaminhadas no âmbito deste projeto.

6. Implantação de um novo Sistema de Informações Econômico-Financeiras (Seguradoras, EAPP, Capitalização) e criação de um Banco de Dados no âmbito da SUSEP

O objetivo deste programa, iniciado em 1987, é promover uma reestruturação em profundidade na atual sistemática de envio de informações periódicas pelas Companhias Seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Privada e Empresas de Capitalização

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988

II - Desenvolvimento do Mercado

PROJETOS

CARACTERIZAÇÃO

à SUSEP. O projeto prevê alterações no fluxo de informações e seu arquivamento e consulta através de Banco de Dados computadorizado, para utilização pelos setores técnicos da Auarajua e divulgação ao mercado com o propósito de conferir-lhe maior transparência.

7. Estímulo à Fusões e Incorporações de Entidades Abertas de Previdência Privada.

Fomentar, mediante a definição prévia de diretrizes e condições básicas, uma política de fusões e incorporações de entidades abertas de previdência privada cujo porte, situação econômico-financeira e qualidade de gestão sejam diagnosticadas como problemáticas. A idéia central é promover, via soluções de mercado, o necessário saneamento que o segmento está a exigir, fortalecendo empresarialmente as entidades que se encontram em situação considerada delicada, tendo em vista resguardar os interesses de seus participantes.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988

III - Regulação e Controle

PROJETOS

1. Revisão de Critérios e Regulamentação
da Margem de Solvência

CARACTERIZAÇÃO

. O objetivo deste projeto é estabelecer e regulamentar a aplicação de procedimentos que permitam ao Estado acompanhar a atividade de seguros mediante a montagem de um sistema de indicadores que reflitam a situação econômico-financeira das empresas que atuam no setor, particularmente em face de seu comportamento no processo competitivo.

2. Revisão do Plano de Contas das
Sociedades Seguradoras

. Elaborar um Plano de Contas a ser observado pelas sociedades seguradoras suportado em princípios contábeis geralmente aceitos, e tendo em vista garantir maior consistência e uniformidade aos procedimentos e critérios adotados. O objetivo básico é fazer com que a contabilidade e as demonstrações financeiras reflitam com fidedignidade a posição patrimonial e financeira das sociedades.

3. Regulamentação da Auditoria Atuarial
Independente

. Regulamentar a atividade de auditoria atuarial independente, tornando-a obrigatória para as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência privada e empresas de capitalização. A idéia central do projeto é estabelecer o registro e credenciamento prévio na SUSEP de atuários e empresas especializadas em auditoria atuarial possibilitando, desta forma, um melhor acompanhamento e avaliação daquelas instituições.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO - 1988

8.

III - Regulação e Controle

PROJETOS

CARACTERIZAÇÃO

4. Revisão da Resolução CNSP nº 10/83
 - . Estabelecer normas gerais e técnicas atualizadas para as operações das entidades abertas de previdência privada, com base na experiência acumulada desde sua implantação. O objetivo central do projeto é promover ampla revisão da Resolução CNSP nº 10/83, procurando aperfeiçoá-la em face dos interesses dos participantes dos planos.
5. Sistematização da Jurisprudência Administrativa da SUSEP
 - . Promover a recuperação dos pareceres emitidos pelo Departamento Jurídico da SUSEP no campo da jurisprudência administrativa, desde a criação da Autarquia.

IV - Fiscalização

PROJETOS

1. Redefinição dos Objetivos, Prioridades e Procedimentos na Atividade de Fiscalização

CARACTERIZAÇÃO

No âmbito deste projeto a atividade de fiscalização exercida pela SUSEP sofrerá ampla reformulação tendo em vista melhor adequação a a um modelo que priorize o permanente acompanhamento da saúde financeira das empresas que atuam nos segmentos de seguros, previdência privada e capitalização. Nessa linha, deverão ser estabelecidos novos procedimentos a serem adotados pela equipe de fiscalização. O projeto prevê uma ação integrada com os demais departamentos objetivando prévia avaliação da empresa a ser fiscalizada, padronização de critérios para solicitação e análise de informação e comunicação dos principais resultados da inspeção realizada na administração da empresa fiscalizada. O projeto também prevê a fixação de roteiros e normas que possibilitem o estrito acompanhamento da implementação das recomendações encaminhadas à empresa, após a conclusão do relatório de inspeção.

2. Reformulação da Sistemática de Gestão e Controle dos Regimes Especiais de Direção Fiscal, Intervenção e Liquidação Extra-Judicial.

O objetivo deste projeto é encetar medidas com vistas a acelerar o encerramento dos regimes especiais a cargo da SUSEP, mediante controle mais rígido de sua gestão. Prevê-se no âmbito deste projeto a integração da atual Assessoria de Projetos e Regimes Especiais ao Departamento de Fiscalização.

IV - Fiscalização

PROJETOS

CARACTERIZAÇÃO

3. Montagem e Implantação de um
Programa Anual de Fiscalização

. Realizar um amplo programa de fiscalização, cobrindo seguradoras, entidades abertas de previdência privada e empresas de capitalização, mediante prévio planejamento da atividade para todo o exercício. O programa já foi definido prevendo-se a realização de 78 inspeções ordinárias em diferentes sociedades seguradoras (30), de capitalização (3), de Entidades Abertas de Previdência Privada (37) e corretoras de seguros(8), além de 88 inspeções em Sucursais, todas elas distribuídas por 14 diferentes capitais estaduais.

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO CNSP Nº 01/88

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma do art. 30 do Regimento Interno baixado pela Resolução CNSP nº 31/68, de 19.08.68, com a redação dada pela Resolução CNSP nº 05/87, de 26.05.87, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão realizada nesta data, no uso de suas atribuições,

RESOLVE U:

Art. 1º - Dar nova redação ao item 22 das Normas Disciplinadoras do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), conforme abaixo:

"22 - As importâncias seguradas e os prêmios deste seguro serão corrigidos mensal e automaticamente, com base no índice de variação do valor nominal da Obrigação do Tesouro Nacional, utilizando-se, para tanto, os fatores das tabelas a seguir:

22.1 - A Tabela A - fatores para a correção das importâncias seguradas:

COBERTURAS	FATOR (OTN)
Morte	200
Invalidez Permanente	200
Despesas de Assistência Médica e Suplementares	40

../.

22.2 - Tabela B - fatores para a correção dos prêmios líquidos:

Categorias	Fator (OTN)
01	0,8636
02	1,7727
03	10,4545
04	3,0454
09	2,0454
10	1,9090

22.2.1 - Sobre o prêmio líquido, calculado pelo fator em OTN, constante da Tabela B, incidirá o IOF à base de 2% (dois por cento).

22.3 - O prêmio deste seguro será expresso no bilhete de DPVAT pelo respectivo fator em OTN constante da Tabela do subitem 22.2 e deverá ser pago pela conversão desse fator para o seu valor em cruzados na data do efetivo pagamento.

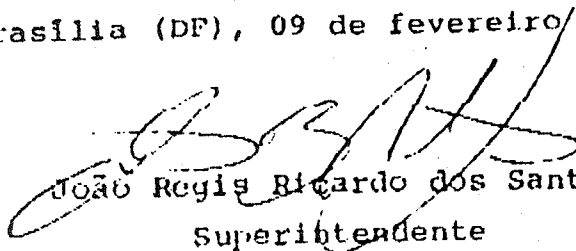
Art. 2º - Ficam extintas as categorias tarifárias 05(cinco) e 08 (oito) da Tabela constante do Anexo 2 da Resolução CNSP nº 01/75, de 03.10.75, enquadrando-se, em consequência, os veículos previstos naqueles itens, na categoria 10(dez) da mesma Tabela.

Art. 3º - O recálculo atuarial do prêmio do seguro DPVAT será feito com a periodicidade máxima de 1(um) ano, a partir da vigência dos novos valores.

Art. 4º - O consórcio de seguradoras criado pela Res. CNSP nº 06/86, de 25.03.86, encaminhará mensalmente à SUSEP os dados referentes à experiência do seguro, tais como número de bilhetes por categoria tarifária, prêmios, sinistros por cobertura, valor de repasse à Previdência Social, custo de formulários e cobrança e demais informações que, a critério daquela Autarquia, permitam avaliar o desempenho do seguro.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 1988.


João Regis Ricardo dos Santos
Superintendente

Balanco
Geral

87

IRB

Instituto de Resseguros do Brasil

BALANÇO GERAL
31.12.87

ATIVO

		31.12.87 Cz\$	31.12.86 Cz\$
I	ATIVO	<u>71.603.604.081</u>	<u>15.463.115.480</u>
11	CIRCULANTE	<u>59.997.067.366</u>	<u>12.275.224.851</u>
	DISPONÍVEL	<u>15.246.157.881</u>	<u>4.674.997.340</u>
11111	Caixa	3.097	1.466
11115	Bancos Conta Movimento	1.031.268.445	2.098.390.999
11119	Títulos de Liquidez Imediata	12.557.246.824	1.809.180.614
11133	Cheques Emitidos	-	420.553
11135	Valores Diversos	103.808.503	30.816.662
11159	Bancos Conta Movimento - Vinculados	1.553.831.012	736.178.210
11173	Valores em Trânsito - Vinculados	-	8.836
	APLICAÇÕES	<u>34.707.661.985</u>	<u>5.505.349.564</u>
11311	Títulos da Dívida Pública	5.231.793.489	2.215.704.413
11315	Títulos Mobiliários	-	20.172.933
11317	Aplicações no Exterior	5.731.844.380	312.914.688
11319	Bancos Conta Prazo Fixo	18.599.181.148	1.257.429.128
11331	Bancos Conta Aviso Prévio	117.777.670	-
11333	Outros Títulos	60	60
11339	Incentivos Fiscais	22.259.390	-
11359	Títulos Vinculados	5.004.805.848	1.699.128.342
	CRÉDITOS OPERACIONAIS	<u>8.595.309.462</u>	<u>1.754.398.124</u>
11611	Seguradoras do País	3.051.121.448	959.946.186
11513	FGD-Conta Empréstimos Concedidos	478.958.516	35.684.104
11515	Seguradoras do Exterior	5.035.276.807	731.177.171
11517	Indenizações Seguros M.E., a Atribuir	214.130.120	22.145.604
11519	Despesas de Sinistros, a Atribuir	42.646.458	19.336.399
22464	Corretores do Exterior	15.989.104	2.274.364
22468	Com. p/Regul. do Mercado Segurador	258.630	260.834
29911	Provisão p/Créditos de Realização Duvidosa	(243.071.621)	(16.406.538)
	CONTAS A RECEBER	<u>1.436.569.939</u>	<u>338.858.073</u>
11711	Rendas de Imóveis, a Receber	927.288	116.966
11713	Rendas de Aplicações, a Receber	856.625.035	145.593.874
11715	Imposto de Renda na Fonte, a Recuperar	450.294.701	149.585.248
11719	Adiantamento a Funcionários	10.549.001	1.027.917
11733	Devedores Previdenciários - INPS	7.997.539	2.346.448
11737	Devedores Diversos	4.047.149	2.825.218
11759	Rendas de Aplicações, a Receber - Vinculadas	106.250.640	37.365.058
29911	Provisão p/Créditos de Realização Duvidosa	(121.414)	(2.654)
	DESPESAS ANTECIPADAS	<u>11.368.099</u>	<u>1.621.750</u>
11915	Almoxnarifado	11.368.099	1.621.750
13	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>8.372.670.645</u>	<u>2.413.647.573</u>
13311	Empréstimos em Extinção	3.830.103	743.760
13313	FEFR-Empréstimos Concedidos ao FCDS - SFH	1.818.384.304	341.673.413
13315	Financiamentos a Universitários	12.713	35.093
13317	Segs. do País - Financ. Garantidos	194.946.952	70.915.856
13319	Bancos Conta FGTS - Não Optantes	60.322.335	15.745.634
13331	Empréstimos Compulsório	94.843	8.217
13335	Imposto de Renda a ser Restituído	1.129.073.811	283.183.334
13337	Aplicações para Incentivos Fiscais	911	24.558.312
13339	Títulos Diversos	139.659	102.023
13351	Depósitos Judiciais	1.611.062	1.860.523
13353	Créditos em Liquidação	258.408	95.001
13355	Títulos da Dívida Pública	2.916.279.861	1.674.729.250
13357	Títulos Vinculados	2.079.661.869	-
13359	Aplicações no Exterior	69.945.340	-
24270	Fundo de Equalização de Sinistralidade Apólice SFH	98.116.427	-
29911	Provisão p/Créditos de Realização Duvidosa	(7.752)	(2.843)
17	PERMANENTE	<u>3.233.866.070</u>	<u>774.243.056</u>
	INVESTIMENTOS	<u>2.223.754.122</u>	<u>542.227.835</u>
17111	Participações Acionárias no País	1.804.647.311	404.088.220
17115	Participações Acionárias no Exterior	570.848.000	118.568.000
17119	Investimentos no Exterior - Bônus	-	14.760.621
17133	Investimentos por Incentivos Fiscais	1.001.860.425	244.743.301
17151	Imóveis para Renda	80.219.546	18.328.139
17153	Imóveis em Comodato	63.274.693	14.748.791
29919	Provisão p/Desvalorização de Investimentos	(1.267.067.260)	(266.626.423)
29933	Depreciações Acumuladas - Perm. Investimentos	(30.028.593)	(6.382.814)
	IMOBILIZADO	<u>1.010.111.948</u>	<u>232.015.221</u>
17311	Imóveis para Uso	1.149.894.702	262.331.211
17333	Bens Móveis	180.777.916	42.137.579
29935	Depreciações Acumuladas - Perm. Imobilizado	(320.560.670)	(72.453.569)

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE DESTA DEMONSTRAÇÃO

BALANÇO GERAL
31.12.87

PASSIVO

	31.12.87 Cz\$	31.12.86 Cz\$
2 PASSIVO	71.603.604.081	15.463.115.480
20 PROVISÕES TÉCNICAS	13.679.897.302	3.014.892.499
20002 Provisões de Riscos Não Expirados	3.902.384.390	1.190.595.398
20006 Provisões de Sinistros a Liquidar	8.560.145.886	1.452.953.883
20020 Provisões p/Sin. Ocorridos e Não Avisados	1.095.367.028	249.343.218
20080 Provisões p/Garantia de Estabilidade Operacional	122.000.000	122.000.000
22 CIRCULANTE	21.024.960.011	4.236.508.941
CONTAS A PAGAR	359.278.200	258.331.601
22206 Dividendos	184.000.000	11.345.700
22222 Proventos a Pagar	211.472	57.326
22224 Encargos a Recolher	46.761.127	16.488.431
22226 Impostos a Recolher	30.301.200	35.214.354
22228 Credores Diversos	72.060.570	184.196.097
22240 Contas a Pagar	25.843.831	11.029.693
DÉBITOS OPERACIONAIS	16.585.750.801	3.524.569.920
22402 Seg. País c/Retenções de Provisões Técnicas	2.113.228.736	442.079.778
22404 Seg. Exterior c/Retenções de Provisões Técnicas	390.510.133	137.055.798
22406 Retrocessões ao Exterior, a Distribuir	1.244.077.874	948.935.075
22422 Prêmios de Seguros em M.R., a Atribuir	8.890.206	54.838.925
22424 Salvados de Sinistros, a Atribuir	4.829.211	99.718
22428 Part. Result. Operacionais, a Creditar	81.392.092	74.850.291
22446 Ressarcimentos de Sinistros, a Atribuir	8.258.236	1.971.320
22460 Rendimentos do FGGO, a Atribuir	2.593.220	364.317
22464 Corretores do Exterior	90.762.231	16.832.494
22480 Fundo Comissões Corret. Seg. Vultosos	776.539.209	-
11511 Seguradoras do País	564.066.041	351.447.485
11515 Seguradoras do Exterior	1.012.821.797	37.097.562
11537 Escritório em Londres	10.787.981.815	2.058.999.157
PROVISÕES DIVERSAS	3.488.019.813	394.006.405
22602 Provisão p/Férias	210.436.879	55.567.539
22604 Provisão Licença-Prêmio	204.399.783	-
22606 Provisão p/Pecúlio	72.862.000	11.718.000
22620 Provisão p/Indenizações Trabalhistas	24.717.266	7.892.811
22624 Provisão p/Encargos junto à PREVIAB	2.258.884.701	301.941.152
22628 Provisão p/Manutenção de FUNENSEG	26.962.876	10.397.485
22642 Provisão p/Estudos Técnicos	-	3.800.000
22646 Provisão p/Regul. do Mercado Segurador	140.000	140.000
22664 Provisão p/Imposto de Renda	651.496.608	-
22666 Provisão para FINSOCIAL	32.574.830	-
22680 Provisão p/Donativos	-	1.322.574
22682 Provisão p/Partic. em Conferências, Congr. e Afins	1.923.878	426.644
22684 Provisão p/Divulgações	3.620.992	800.000
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	591.911.197	59.660.915
22802 Remessa em M.F. a Regularizar	-	34.005.072
22804 Valores Recebidos, a Regularizar	549.439.632	3.033.069
22868 Valores Recebidos, Vinculados	42.471.565	22.622.774
24 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	13.403.502.398	3.184.915.930
DÉBITOS OPERACIONAIS	5.605.108.479	1.222.733.456
24202 Segs. do País - c/Retenção - FGGO	1.792.981.654	292.031.346
24204 Segs. do País - c/Retenções Contratuais	7.260.483	-
24206 Governo Federal - Excedentes s/sua Garantia	2.783.417.291	627.435.483
24220 Cons. Resseg. Créd. à Exportação - R. Comerciais	6.913.757	4.214.829
24224 Consórcios de Catástrofes	893.240.044	163.484.761
24228 Consórcio de Crédito Interno	37.459.497	11.735.477
24242 Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares	82.747.794	12.970.336
24264 Ger. p/Comp. Global de Desvios Sin. - SFN	1.087.959	110.861.224
FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO	7.738.071.594	1.946.416.913
24402 Garantia Inicial - Seg. Créd. à Exportação	125.642.848	27.673.572
24406 Garantia Suplementar - Seg. Créd. à Exportação	2.302.272.417	620.353.841
24420 Garantia p/Estabilidade do Seguro Rural	5.310.156.319	1.298.389.500
OUTROS DÉBITOS	60.322.335	15.765.561
24602 Garantia para Prevenção c/Incêndio	-	5.415
24606 Garantia para Cursos Técnicos	-	1.883
24620 FGTS - Não Optantes	60.322.335	15.758.263
26 RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	538.066	12.510.872
26628 Receitas Pendentes	538.066	12.510.872
28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.494.706.304	5.014.227.338
28802 Capital	4.323.380.000	800.000.000
28820 Reservas de Capital	15.423.767.657	3.711.724.265
28824 Reservas de Lucros	3.296.948.437	452.574.470
28828 Lucros Acumulados	450.610.210	49.928.603

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE DESTA DEMONSTRAÇÃO

BALANÇO GERAL
31.12.87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1987	1986
	(Cz\$)	(Cz\$)
RECEITAS OPERACIONAIS		
Prêmios	18.827.725.233	6.501.810.642
Comissões	2.378.995.280	859.203.219
Sinistros	3.644.715.686	1.004.660.129
Salvados/Ressarcimentos	49.574.072	33.927.681
Participações	1.213.455.509	492.088.863
Reversões de Provisões Técnicas	6.039.712.333	11.490.089.741
Transferências de Provisões Técnicas	365.633.194	31.106.727
Constituições de Provisões Técnicas	13.070.219.137	7.191.314.037
Ajustes Cambiais	19.522.446.693	-
Outras	405.155.113	<u>1.150.983.186</u>
S O M A	<u>65.517.632.250</u>	<u>28.755.184.225</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Prêmios	10.106.320.955	3.547.856.289
Comissões	4.076.427.402	1.409.600.926
Sinistros	7.840.706.051	2.305.540.693
Salvados/Ressarcimentos	41.831.348	27.173.795
Participações, inclui o resultado operacional do escritório de Londres (Nota B)	10.169.859.181	1.470.876.203
Reversões de Provisões Técnicas	3.146.819.835	5.545.171.287
Transferências de Provisões Técnicas	383.176.893	37.580.468
Constituições de Provisões Técnicas	25.344.395.728	14.355.287.125
Ajustes Cambiais	5.381.032.584	-
Outras	246.174.328	<u>932.906.168</u>
S O M A	<u>66.736.744.305</u>	<u>29.631.992.954</u>
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(1.219.112.055)	(876.808.729)
Resultado Patrimonial	22.781.917.667	3.531.106.801
Resultado Administrativo	(2.190.001.541)	(737.267.002)
Constituição de provisões inclui Cz\$ 1.969.468.726 (1986 - Cz\$ 236.028.541) de Provisões para Encargos junto à PREVIRB	<u>(2.389.959.401)</u>	<u>(156.616.755)</u>
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	16.982.844.670	1.760.414.315
Resultado da Correção Monetária	(14.768.478.340)	(1.485.065.982)
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica - DL 2.284/86 e DL 2.335/87	<u>2.307.993</u>	<u>(211.229.687)</u>
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO P/I.R. E P/FINSOCIAL	2.216.676.323	64.118.646
Provisão para Imposto de Renda	(651.496.609)	-
Provisão para FINSOCIAL	<u>(32.574.831)</u>	<u>-</u>
- LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>1.532.604.883</u>	<u>64.118.646</u>
Quantidade de Ações	1.000.000	1.000.000
Lucro por Ação do Capital Social Final	1.532,60	64,12

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE DESTA DEMONSTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS DE 1986 e 1987							
(Em cruzados)							
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS				LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		DE CAPITAL		DE LUCROS			
		CORREÇÃO MONETÁ- RIA DO CAPITAL	INCENTIVOS FISCAIS	SUPLEMENTAR	CONTINGÊNCIAS		
Em 1º de janeiro de 1986	800.000.000	1.754.941.688	95.634.413	63.000.000	188.384.530	38.743.692	2.940.704.323
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	(9.237.943)	(9.237.943)
Incentivos fiscais - IR	-	-	23.607.140	-	-	-	23.607.140
Correção monetária	-	1.768.441.905	69.099.119	43.606.412	130.393.230	20.427.854	2.031.963.520
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.118.646	64.118.646
Destinações propostas:							
- Reserva Suplementar	-	-	-	13.000.000	-	(13.000.000)	-
- Reserva para Contingências	-	-	-	-	14.190.298	(14.190.298)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	(11.345.700)	(11.345.700)
- Prov. p/Manutenção da FUNENSEG	-	-	-	-	-	(10.397.485)	(10.397.485)
- Provisão p/Decúto	-	-	-	-	-	(7.369.256)	(7.369.256)
- Provisão p/Indenizações Trabalhistas	-	-	-	-	-	(1.466.489)	(1.466.489)
- Prov. p/Estudos Técnicos	-	-	-	-	-	(3.800.000)	(3.800.000)
- Outras	-	-	-	-	-	(2.549.418)	(2.549.418)
Em 31 de dezembro de 1986	800.000.000	3.523.383.593	188.340.672	119.606.412	332.968.058	49.928.603	5.014.227.338
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	53.024.444	53.024.444
Aumento de Capital	3.533.380.000	(3.533.380.000)	-	-	-	-	-
Correção monetária	-	14.599.424.800	635.990.504	403.893.106	1.124.383.724	347.657.163	17.111.357.385
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.532.604.883	1.532.604.883
Destinações propostas:							
- Reserva Suplementar	-	-	-	306.520.977	-	(306.520.977)	-
- Reserva p/Contingências	-	-	-	-	1.008.576.160	(1.008.576.160)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	(184.000.000)	(184.000.000)
- Provisão p/Manutenção da FUNENSEG	-	-	-	-	-	(26.962.876)	(26.962.876)
- Provisão p/Partic. em Conf., Congressos e Afins	-	-	-	-	-	(1.923.878)	(1.923.878)
- Provisão p/Divulgações	-	-	-	-	-	(3.620.992)	(3.620.992)
Em 31 de dezembro de 1987	4.323.380.000	14.599.428.481	824.339.176	830.020.495	2.466.927.942	450.610.210	23.494.706.304

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE DESTA DEMONSTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E DE 1986		
	1 9 8 7	1 9 8 6
	Cz\$	Cz\$
1. Origens de Recursos		
1.1 - Recursos Provenientes das Operações		
Lucro Líquido do Exercício	1.532.604.883	64.118.646
Ajuste do Exercício Anterior	53.024.444	(9.237.943)
Mais: Despesas que não afetam o capital circulante		
Resultado da Correção Monetária	14.768.476.340	1.716.410.441
Depreciações	18.153.837	5.724.697
Aumento das Provisões Técnicas	10.665.004.804	891.799.949
Provisão p/Desvalorização de Investimentos	-	167.859.253
Menos: Receitas que não afetam o capital circulante		
Provisão p/Desvalorização de Investimentos	(22.201.051)	-
Variação Cambial de Part. Acionárias no Exterior	(96.874.425)	(41.189.640)
	<u>26.918.188.832</u>	<u>2.795.485.403</u>
1.2 - Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	(11.972.806)	(86.171.466)
1.3 - Reserva de Capital - Incentivos Fiscais	-	23.607.140
1.4 - Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	<u>10.218.586.468</u>	<u>680.563.126</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>37.124.802.494</u>	<u>3.413.484.203</u>
2. Aplicações de Recursos		
2.1 - Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo	5.959.023.072	2.138.122.981
2.2 - Variação Líquida nos Investimentos	(908.685)	97.255.395
2.3 - Variação Líquida no Imobilizado	16.729.016	5.042.921
2.4 - Dividendos	184.000.000	11.345.700
2.5 - Provisões Extraídas do Lucro Líquido	<u>32.507.746</u>	<u>25.582.649</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>6.191.351.149</u>	<u>2.277.349.646</u>
3. Aumento do Capital Circulante Líquido	<u>30.933.451.345</u>	<u>1.136.134.557</u>
4. Variações do Capital Circulante		
Ativo Circulante:		
No Início do Exercício	12.275.224.851	9.633.980.342
No Fim do Exercício	<u>59.997.067.366</u>	<u>12.275.224.851</u>
	<u>47.721.842.515</u>	<u>2.641.244.509</u>
Passivo Circulante:		
No Início do Exercício	4.236.568.841	2.731.458.889
No Fim do Exercício	<u>21.024.960.011</u>	<u>4.236.568.841</u>
	<u>16.788.391.170</u>	<u>1.505.109.952</u>
Aumento do Capital Circulante Líquido	<u>30.933.451.345</u>	<u>1.136.134.557</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE DESTA DEMONSTRAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Resseguros do Brasil é uma sociedade de economia mista que tem por objetivo regular o cossegu_{ro}, o resseguro e a retrocessão, além de promover o desenvolvimento das operações de seguro no país.

Detém o monopólio das operações de resseguros no país, atuando no mercado interno e também no externo, onde aceita e cede resseguros, utilizando suporte de seu escritório em Londres e de sua subsidiária em Nova Iorque. Adicionalmente, o Instituto administra os seguintes fundos do Governo Federal: Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, Seguro de Crédito à Exportação e Governo Federal - Excedentes sob sua Garantia.

Pelo fato do IRB tratar-se de uma sociedade de economia mista, sujeita aos dispositivos do Decreto-lei nº 1.290/73, as garantias das suas provisões técnicas constituem-se de aplicações em títulos do Tesouro Nacional. Alternativamente, o Conselho Monetário Nacional, em sua decisão 302/86, autorizou aplicações e investimen_{tos} do Instituto no exterior.

2 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As diretrizes contábeis adotadas para contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações finan_{ceiras} emanam da lei das Sociedades por Ações e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Os princípios e procedimentos mais relevantes adotados na elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

(a) Resultado das Operações

O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios com exceção do caso citado em (i) abaixo, inclui o efeito líquido da correção monetária sobre o ativo permanente e patrimônio líquido, a índices oficiais; os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulan_{tes} e a longo prazo; as OTN's com cláusula de opção pela correção cambial mantidas em carteira até os seus res_{pectivos} vencimentos registradas pelos valores monetários ou cambiais, dos dois o maior; bem como, quando apli_{cável}, os efeitos de ajustes de ativos e passivos para o valor de mercado ou de realização.

(i) as receitas e despesas de prêmios, comissões e sinistros relativos aos resseguros cedidos e aceitos são apropriadas ao resultado quando conferidos os mapas de cessões de e para as sociedades seguradoras.

(b) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente; a depreciação do imobilizado, pelo método linear, à seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens - Edificações 4%, máquinas, equipamentos móveis e utensílios 10% e outros 10% a 20%.

(c) Provisões Técnicas - Matriz

A provisão de riscos não expirados é constituída com base em percentuais aprovados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, aplicados sobre os prêmios líquidos auferidos; a de sinistros a liquidar é constituída considerando-se as notificações de sinistros recebidos das seguradoras, por valores não inferiores às res_ponsabilidades do Instituto; a de sinistros ocorridos e não avisados só é constituída para as operações de aceitação pela matriz de seguros do exterior e representa 30% da respectiva reserva de sinistros já avisados a liquidar.

(d) Provisões Técnicas - Escritório em Londres

As provisões técnicas são estabelecidas em função da experiência geral do mercado internacional de resseguros, levando-se em consideração dados estatísticos e as expectativas da administração.

(e) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis.

(f) Registro de Receitas e Despesas decorrentes de riscos assumidos em Moeda Estrangeira

As receitas e despesas operacionais sobre riscos assumidos em moeda estrangeira são demonstradas em Cruzados às taxas de câmbio históricas; em 1987 ajustes cambiais foram procedidos com vistas a refletir as receitas e despesas operacionais totais com riscos em moedas estrangeiras às taxas de câmbio vigentes no fim do exercí_{cio}. O efeito da diferença entre o registro à taxa histórica e a taxa no fim do exercício é demonstrado a débito do resultado patrimonial, em contrapartida das variações cambiais decorrentes do ajuste das aplica_{ções} e dos saldos bancários em moeda estrangeira. A adoção do novo procedimento acarretou reflexos apenas na apresentação da demonstração do resultado, cujo resultado patrimonial foi reduzido em Cz\$ 14.141 milhões, em contrapartida de um aumento equivalente no resultado operacional.

BALANÇO GERAL
31.12.87

3 BANCOS CONTA MOVIMENTO

	1987 Cz\$	1986 Cz\$
Em Moeda Estrangeira		
- No País	673.883.612	2.084.775.710
- No Exterior	355.791.550	12.368.705
Em Moeda Nacional	<u>1.593.283</u>	<u>1.246.584</u>
	<u>1.031.268.445</u>	<u>2.098.390.999</u>

Os depósitos em moeda estrangeira no país são remunerados pelas taxas de juros estabelecidas pelo Banco do Brasil. As contas correntes em moeda estrangeira no exterior não são remuneradas, exceto o depósito no Banco do Brasil - Londres quando superior a US\$ 50.000,00, que rende juros, a taxas inferiores à LIBOR.

4 TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

	1987		1986	
	Quantidade	Cz\$	Quantidade	Cz\$
OTN (Custódia do Banco do Brasil - SELIC)				
Tipo 5 anos - 8% a.a.	14.622.617	8.148.073.150	24.171.208	3.278.324.389
Tipo 2 anos - 6% a.a.	-	-	<u>6.151.852</u>	<u>612.109.274</u>
TOTAL	<u>14.622.617</u>	<u>8.148.073.150</u>	<u>30.323.060</u>	<u>3.890.433.663</u>
Longo Prazo		<u>2.916.279.661</u>		<u>1.674.729.250</u>
Curto Prazo		<u>5.231.793.489</u>		<u>2.215.704.413</u>

5 DEPÓSITOS A PRAZO FIXO

Os depósitos a prazo fixo, de Cz\$ 18.599.181.148 (1986 - Cz\$ 1.257.429.128), junto ao Banco do Brasil S.A. e Irving Trust, no exterior, vencem dentro de trinta dias e rendem juros, calculados com base no mercado internacional.

6 FUNDOS ADMINISTRADOS

O Instituto administra os seguintes recursos do Governo Federal:

- Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que tem por objetivo garantir a estabilidade dessas operações e atender a cobertura suplementar dos riscos de catástrofes.
- Governo Federal - Excedentes sob sua Garantia, que tem por objetivo dar cobertura aos valores ressegurados pelo Excedente Único de Riscos Extraordinários (E.U.R.E.) quando ultrapassarem o limite de responsabilidade desta.
- Seguro de Crédito à Exportação, que tem objetivo garantir as operações resultantes da exportação de mercadorias e serviços contra riscos comerciais e riscos políticos e extraordinários.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1987 e de 1986 incluem os seguintes saldos que decorrem dos recebimentos e pagamentos efetuados pelo Instituto e que não têm por objetivo representar a situação financeira de cada fundo:

	Cz\$					
	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural		Governo Federal - Excedentes sob sua Garantia		Seguro de Crédito à Exportação	
	1987	1986	1987	1986	1987	1986
Bancos	2.416.612	954.787	1.663	200	1.551.412.737	735.223.223
Títulos e Valores Mobiliários	3.425.079.110	929.053.035	2.737.285.979	598.593.624	124.250.312	27.014.598
Aplicações no Exterior	-	-	-	-	797.852.316	144.467.085
Rendas de Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	62.683.893	24.834.219	42.329.848	12.165.485	1.236.899	365.352
Empréstimos Concedidos ao FCD-SFH	1.818.384.304	341.673.413	-	-	-	-
Valores em Trânsito - Vinculados	-	-	-	-	-	8.836
Valores a Regularizar	<u>1.592.400</u>	<u>1.874.048</u>	<u>3.799.801</u>	<u>16.676.174</u>	<u>(4.805.044)</u>	<u>(236.428.907)</u>
	<u>5.310.156.319</u>	<u>1.298.389.500</u>	<u>2.783.417.291</u>	<u>627.435.483</u>	<u>2.469.947.220</u>	<u>670.650.187</u>
Garantia para Estabilidade do Seguro Rural	5.310.156.319	1.298.389.500	-	-	-	-
Governo Federal - Excedentes sob sua Garantia	-	-	2.783.417.291	627.435.483	-	-
Garantia Inicial - Seguro de Crédito à Exportação	-	-	-	-	125.642.848	-27.673.572
Garantia Suplementar - Seguro de Crédito à Exportação	-	-	-	-	2.302.272.417	620.353.841
Valores Recebidos	-	-	-	-	42.031.955	22.622.774
	<u>5.310.156.319</u>	<u>1.298.389.500</u>	<u>2.783.417.291</u>	<u>627.435.483</u>	<u>2.469.947.220</u>	<u>670.650.187</u>

BALANÇO GERAL
31.12.87

7 SEGURADORAS DO PAÍS - CONTA RETENÇÃO - FGGO

Esta conta representa o saldo do Fundo Geral de Garantia Operacional (FGGO) que destina-se a propiciar financiamentos para neutralizar desequilíbrios eventuais e vultosos, que comprometam a estabilidade das retrocessões efetuadas pelo IRB, através de planos de retrocessões, excedentes únicos e consórcios com liquidação mensal dos saldos.

O FGGO é administrado pelo IRB que abona juros de 5% a.a. e correção monetária equivalente à das OTN's sobre as contribuições das seguradoras e do Instituto, que serão de 3% sobre os prêmios mensalmente retidos em cada um dos planos acima citados.

8 ESCRITÓRIO DE LONDRES

O saldo da conta "Escritório Londres" representa o excesso das provisões técnicas sobre os ativos do escritório, coberto por investimentos na Matriz, como segue:

	1 9 8 7	1 9 8 6
	Cz\$	Cz\$
Provisões Técnicas	13.518.566.318	2.663.917.478
Contas Bancárias e Fundos em Trânsito	2.687.123.355	489.262.589
Contas com Corretores, etc.	543.461.148	115.655.732
	<u>3.230.584.503</u>	<u>604.918.321</u>
S A L D O	<u>10.287.981.815</u>	<u>2.058.999.157</u>

A movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 1987 e de 1986 pode ser sumariada como segue:

	1 9 8 7	1 9 8 6
	Cz\$	Cz\$
Saldo em 1º de janeiro	2.058.999.157	1.681.185.594
Fundos transferidos da sede líquidos de pagamentos feitos pelo escritório no exercício	(911.631.039)	(449.009.331)
Despesas administrativas do escritório de Londres menos juros recebidos de Cz\$ 116.706.734 (1986 - Cz\$ 51.960.436)	109.677.683	13.852.584
Variações cambiais no exercício		
. Sede	8.963.681.103	706.754.643
. Escritório de Londres	(525.051.743)	(21.905.965)
Prejuízo operacional do escritório de Londres	<u>592.306.654</u>	<u>128.121.632</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>10.287.981.815</u>	<u>2.058.999.157</u>

Os resultados apurados com as operações do Escritório de Londres foram registrados nas "Despesas Operacionais - Participações".

As variações cambiais de Cz\$ 8.963.681.103 em 1987 foram transferidas para o "Resultado Patrimonial" conforme mencionado na nota 2(f) às demonstrações financeiras.

Os resultados operacionais do escritório resumem-se como segue:

	1 9 8 7	1 9 8 6
	Cz\$	Cz\$
Receitas Operacionais		
Prêmios	211.951.831	28.640.773
Transferências das Provisões Técnicas	1.395.700.008	148.483.014
	<u>1.607.651.839</u>	<u>177.123.787</u>
Despesas Operacionais		
Prêmios	79.530.386	5.972.296
Comissões	33.363.993	13.323.958
Sinistros	2.087.064.114	285.949.165
	<u>2.199.958.493</u>	<u>305.245.419</u>
Prejuízo Operacional	<u>592.306.654</u>	<u>128.121.632</u>

9 **CONTAS DE RESULTADO**

Os principais componentes das receitas patrimoniais e das despesas administrativas são os seguintes:

	1987	1986
	Cz\$	Cz\$
Receitas (Despesas) Patrimoniais		
. Imóveis	(31.897.849)	(8.339.687)
. Títulos	27.722.567.322	2.139.370.378
. Ações	112.803.402	47.604.837
. Investimentos	8.981.887	51.576.888
. Bancos	10.571.715.500	1.210.822.780
. Bens Móveis	(8.001.345)	(2.209.732)
. Retenções	(3.299.621.854)	(345.787.216)
. Correção Monetária/Oscilação Cambial		
.. Riscos assumidos pela matriz - Nota 2 (f)	(14.141.414.109)	-
.. Outras - Líquido	1.142.075.730	-
. Outras	704.708.983	438.068.753
	<u>22.781.917.667</u>	<u>3.531.106.801</u>
Despesas Administrativas		
. Pessoal	1.535.652.412	501.828.464
. Encargos	394.803.544	161.902.614
. Seleção, treinamento e aperfeiçoamento	7.838.992	1.766.900
. Assistência ao funcionalismo	147.291.074	36.953.937
. Localização e funcionamento	76.102.040	26.797.666
. Locomoção	8.215.767	1.708.526
. Representação	779.503	284.030
. Outras	19.318.209	6.024.865
	<u>2.190.001.541</u>	<u>737.287.002</u>

10 **RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO**

	1987	1986
	Cz\$	Cz\$
Do Patrimônio Líquido	<u>17.111.357.385</u>	<u>1.763.757.212</u>
Do Ativo Permanente		
. Investimentos	1.564.752.972	197.611.593
. Imobilizado	778.128.073	81.079.637
	<u>2.342.881.045</u>	<u>278.691.230</u>
	<u>14.768.476.340</u>	<u>1.485.065.982</u>

11 **CAPITAL SOCIAL**

Está representado por 1.000.000 de ações nominativas de valor unitário de Cz\$ 4.323,38 (1986 - Cz\$ 800,00) das quais 500.000 ações são propriedade do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (acionista da classe "A") e 500.000 ações de Sociedades Seguradoras autorizadas a operar no país (acionistas da classe "B"), sendo 498.004 (1986 - 487.856) pertencentes a seguradoras nacionais e 1996 (1986 - 2.144) a seguradoras estrangeiras.

As ações da classe "B" são redistribuídas anualmente com base no ativo líquido de cada seguradora, e constituem caução permanente, em favor do IRB, das operações das seguradoras.

Participação nos Lucros

O lucro líquido do exercício, após a constituição de reservas, fundos e provisões necessárias à estabilidade econômico-financeira do Instituto, é distribuído da seguinte forma:

- . 20% para constituição da reserva suplementar até o limite do capital;
- . dividendos não superiores a 10% do capital realizado e do total da reserva suplementar; e
- . outras distribuições, na forma do estatuto do Instituto e do Decreto nº 89.253 de 28 de dezembro de 1983.

12 **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE RESEGUROS DO BRASIL - PREVIRB**

A PREVIRB é uma entidade de previdência privada que tem como objetivo a complementação de benefícios assegurados pela Previdência Social e que de conformidade com a legislação em vigor tem a avaliação do seu plano de benefícios procedida por atuário independente. Para consecução de seus objetivos, a PREVIRB recebe contribuições mensais do Instituto e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos empregados.

O montante das contribuições do Instituto durante o exercício totalizou Cz\$ 85.100.519 (1986 - Cz\$ 28.106.796). Adicionalmente, o Instituto assumiu em Junho de 1987, como órgão mantenedor da PREVIRB, o déficit apontado por esta de Cz\$ 215.733.034, pagável em parcelas mensais por 12 anos, a partir de 31 de julho de 1987, acrescidos de correção calculada com base nos índices da variação salarial dos funcionários do Instituto e juros de 6% no ano, dos quais Cz\$ 12.525.208 foram pagos no exercício.

Para a formação das reservas técnicas o Instituto contribuiu, em anos anteriores, com Cz\$ 654.687.245 (1986 - Cz\$ 189.544.657) restando um montante de Cz\$ 2.055.676.874 (1986 - Cz\$ 301.941.152) que deverá ser repassado à PREVIRB até 1º de fevereiro de 1999, correspondendo à reserva de tempo de serviço anterior, incluída na reserva global daquela fundação.

13 RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Destina-se a acautelar recursos relacionados com a parcela de complementação de benefícios previdenciários que, por disposição dos estatutos da PREVIRB, permanecem inteiramente a cargo do IRB.

A partir de 31 de dezembro de 1985 o saldo desta reserva vem sendo incrementado, ao final de cada exercício social, com parte dos lucros líquidos, e corresponde, em 31 de dezembro de 1987, a 34% (1986 - 24%) da reserva matemática calculada atuarialmente em Cz\$ 7.228 milhões (1986 - Cz\$ 1.394 milhões).

14 DIVULGAÇÃO REQUERIDA PELO DECRETO Nº 95.524/87

Consoante disposições do Decreto nº 95.524 de 21 de dezembro de 1987 e legislação complementar a menor remuneração paga pelo Instituto em dezembro de 1987 a dirigentes e empregados é de Cz\$ 14.949 e a maior é de Cz\$ 200.112.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Price Waterhouse
Auditores Independentes

Av. Nilo Peçanha, 119°
CEP 20020
Caixa Postal 949
20001 Rio de Janeiro RJ - Brasil

Telefone (021) 292-6112
Telex (021) 23283

Price Waterhouse



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

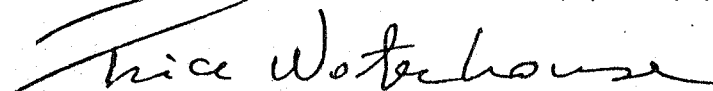
5 de fevereiro de 1988

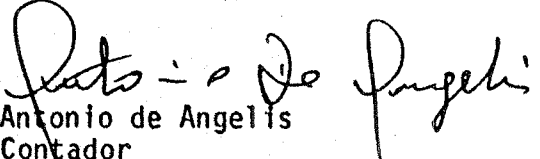
A Diretoria
Instituto de Resseguros do Brasil
Rio de Janeiro - RJ

- 1 Examinamos o balanço patrimonial do Instituto de Resseguros do Brasil em 31 de dezembro de 1987 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, elaborados segundo as diretrizes contábeis descritas na Nota 2 às demonstrações financeiras, consubstanciadas nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e na lei de sociedades por ações. Exceto quanto ao explicado nos parágrafos 3 e 4 abaixo, o nosso exame, que objetivou verificar o cumprimento das diretrizes contábeis regulamentares, foi efetuado consoante normas de auditoria geralmente aceitas, incluindo, por conseguinte, as provas nos registros e documentos contábeis e a aplicação de outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
- 2 As demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1986, apresentadas somente para fins comparativos, não foram examinadas por auditores independentes; portanto, o nosso parecer não abrange tais demonstrações financeiras.
- 3 Em 31 de dezembro de 1987, o balanço patrimonial apresenta saldos de Cz\$ 5.035 milhões e Cz\$ 1.013 milhões a receber e a pagar, respectivamente, provenientes de operações realizadas com seguradoras no exterior, sobre as quais estamos impossibilitados de concluir.
- 4 Em 31 de dezembro de 1986, não era procedida, em bases reais, quando aplicável, a atualização monetária do saldo das provisões de sinistros nacionais a liquidar. Julgamos que as provisões estabelecidas no fim do exercício de 1987 são adequadas; contudo, estamos impossibilitados de quantificar o efeito no resultado de 1987 da atualização dessas provisões técnicas.



- 5 As provisões técnicas, e demais contas de ativo, passivo, receitas e despesas do "Escritório de Londres" (Nota 8) estariam melhor apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado se tivessem sido agrupadas com os saldos das contas semelhantes da matriz.
- 6 O balanço patrimonial inclui Cz\$ 10.564 milhões de ativos e passivos, descritos na Nota 6, que não pertencem ao Instituto e que não foram objeto do nosso exame de auditoria. Tais recursos são administrados pelo Instituto por conta e ordem do Governo Federal.
- 7 Somos de parecer que, exceto quanto os efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 6, as referidas demonstrações financeiras apresentam a posição financeira do Instituto de Resseguros do Brasil em 31 de dezembro de 1987 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos desse exercício, de conformidade com as diretrizes contábeis descritas na Nota 2. Tais diretrizes foram aplicadas de maneira uniforme em relação ao exercício anterior, exceto quanto à mudança na maneira de contabilizar as receitas e despesas decorrentes de riscos assumidos em moeda estrangeira, como descrito na Nota 2(f).
- 8 As normas contábeis regulamentares descritas na Nota 2 diferem dos princípios contábeis geralmente aceitos, principalmente pela contabilização de parte das receitas e despesas de prêmios, comissões e sinistros em regime de caixa. Entretanto, é de se ressaltar que são constituídas provisões para sinistros ocorridos, avisados ou não, na maneira descrita nas Notas 2(c) e 2(d).


PRICE WATERHOUSE
Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-RJ


Antonio de Angelis
Contador
CRC-RJ-17.307-1